

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E (DES)QUALIFICAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO: dicotomia entre ensino técnico e propedêutico em Parnaíba/PI

Maria Luzirene Oliveira do Nascimento

Graduanda em pedagogia - Universidade Federal do Piauí

Tânia Serra Azul Machado Bezerra

Professora Adjunta da Universidade Federal do Piauí

RESUMO:

Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada no Centro Estadual de Educação Profissional – Ministro Petrônio Portella em Parnaíba/PI. Na compreensão de que a Educação Profissional se constitui em uma educação direcionada aos filhos da classe trabalhadora, nos propomos analisar a dicotomia entre ensino técnico e propedêutico, além de buscar compreender as propostas que procuram suplantar essa dicotomia, e a falácia que vincula qualificação a empregabilidade. Verificamos os limites e as possibilidades dessa modalidade de ensino na perspectiva de formação/qualificação para o mundo do trabalho e para uma educação omnilateral. Como metodologia de pesquisa utilizamos o materialismo histórico dialético, realizamos entrevistas semiestruturadas com a gestora da instituição e com os discentes, fizemos pesquisa documental a fim de confrontar a realidade com a perspectiva teórica. Partimos dos estudos de Mészáros (2008), Nosella (2002), Gramsci (2010) e Ponce (2005) para a fundamentação de nossas análises.

Palavras – chave: Educação Profissional; Qualificação/Formação; Juventude; Mundo do Trabalho.

INTRODUÇÃO

A Educação Profissional no Brasil – Piauí/Parnaíba tem se constituído como uma modalidade de ensino bastante favorável no contexto das propostas de desenvolvimento social, visando suprir tanto a demanda de mão de obra técnica e especializada, como oferecer aos jovens maiores oportunidades de acesso ao mercado de trabalho. Essa perspectiva tem gerado diversos debates a nível mundial no que concernem as políticas públicas para a consolidação dessa modalidade de ensino. Essas políticas de educação voltadas para a formação técnica e profissional correspondem ao modo de produção capitalista e a estrutura social em que vivemos, na qual encontramos evidenciado o valor da educação com caráter mercadológico.

Dessa forma, essa modalidade de ensino tem se tornado atraente aos jovens, vez que, o discurso da empregabilidade tem permeado a formação nesta modalidade impulsionado pelas metamorfoses no mundo do trabalho contemporâneo. Nesta perspectiva, o CEEP em Parnaíba/Piauí oferta Educação Profissional na tentativa de atender as necessidades de formação exigidas no âmbito da relação educação para o trabalho, é portanto, uma instituição que tem se adequado as reformas empreendidas nas políticas públicas de Educação Profissional desde a

década de 1990 para atender as demandas do mercado de trabalho. Verificamos essas mudanças nos documentos da instituição onde consta que até o ano de 2006 era uma instituição que ofertava apenas o ensino técnico com duração de dois anos, desvinculado do ensino médio, essa proposta era amparada pelo Decreto 2.208/1997 que foi instituído durante a Reforma da Educação Profissional em 1997.

Entretanto, a partir de 2004 esse Decreto foi revogado e foi aprovado o Decreto 5.154/2004 que permite que a Educação Profissional técnica seja ofertada integrada ao ensino médio, todavia segundo Oliveira “esse Decreto permite variadas formas de organização da educação profissional técnica, desde a separação completa em relação ao ensino médio até a integração total” (2005, p.93). Nestes termos é que o CEEP, atualmente, oferta cursos na modalidade integrada com duração de quatro anos e o curso técnico com duração de dois anos, caso o egresso já tiver cursado o ensino médio regular, portanto, de acordo com o disposto no Parágrafo Único da LDB 9.394/96 da seção IV-A “A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional” (BRASIL, 1996).

Neste estudo propomos analisar a formação/qualificação do jovem da classe trabalhadora para o mundo do trabalho e a dicotomia entre ensino técnico e formação integral, vez que, essa perspectiva emerge das contradições da sociabilidade do capital e suas relações de exploração e precarização da força de trabalho, pois a educação é o reflexo das relações de poder presente na sociedade, da mesma forma que se apresenta como possibilidade de transformação social. Portanto, verificamos quais as influências ideológicas/sociais/econômicas das relações capitalistas para a educação profissional parnaibana? Como as práticas de Educação Profissional intensificam as desigualdades sociais e dicotomizam as relações entre ensino técnico e propedêutico?

1.1 LIMITES E POSSIBILIDADES FORMATIVAS DO CEEP – Parnaíba/Piauí

Com as reformas da Educação Profissional verificamos que a formação dos jovens tem acontecido de forma cada vez mais aligeirada, reforçando a dicotomia entre formação geral/integral e formação técnica, pois no novo currículo, apresentado pelo CEEP as disciplinas básicas, como português, tiveram sua carga horária reduzida, vez que, era necessário a diminuição da carga horária dessas disciplinas para possibilitar a inclusão das disciplinas específicas em um curso com duração de quatro anos. Tomamos como exemplo o curso técnico de restaurante e bar em que consta que o objetivo geral é “ promover capacitação profissional do

aluno com a oferta do curso em nível técnico médio na área de eventos, permitindo o conhecimento científico e técnico, assim desenvolvendo as competências necessárias para o bom desempenho profissional” (PLANO DE CURSO, 2012, p. 5).

Neste sentido percebemos a negligência de uma formação omnilateral e a ênfase em uma inserção subalterna no mercado de trabalho, que privilegia a reprodução da técnica para o ato laborativo, e evidencia a permanente dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, para Gramsci (2010) “essa distinção é ideológica, na medida em que desvia a atenção das funções reais, no interior da vida social e produtiva, para os aspectos técnicos do trabalho”(p.21), vez que, a educação profissional é destinada aos filhos da classe trabalhadora, aos quais são relegadas as atividades técnicas/manuais de pouco prestígio nessa sociedade de classes, enquanto aos filhos da classe dirigente reserva-se a escola do conhecimento mais elaborado, da apropriação da ciência e da educação humanista. Isto nos remete a tradição escolar brasileira pré-industrial que segundo Nosella (2002):

A tradição escolar do Brasil pré-industrial era a escola humanista, socialmente distintiva, destinada as elites. Não havia necessidade de escolas para formar trabalhadores. Nesse sentido, não vale falar de dualidade de ensino do Brasil pré-industrial. Porém, com o advento da industrialização comumente datada dos anos 30 “final do século XX”, organizou-se o ensino profissional com o objetivo de formar mão de obra para a indústria (técnicos). Dessa forma, estava instituída a dualidade escolar. (grifo nosso, p.85).

A educação brasileira se construiu de forma elitista e excludente desde sua origem. O surgimento das escolas técnicas direcionadas para formar mão de obra decorrente do incipiente processo de industrialização tampouco extinguiu esse modelo, ao contrário, acentuou ainda mais a oposição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, a escola da técnica para o pobre e a escola da erudição para o rico. A Educação Profissional brasileira consolidou-se com esse estigma, tendo passado por mudanças consideráveis para se adaptar as exigências do século XXI, ainda sustenta as heranças dessa dualidade. Nem mesmo a tentativa de construção de uma escola única¹ proposta por AnísioTeixeira na década de 1950, idealizado a partir de Gramsci, não se efetivou pois se mostrou inviável no modelo de sociedade capitalista.

A partir desse contexto, a Educação Profissional segundo Nosella (2002) passa por reformas na tentativa de harmonizar a escola humanista e a escola do trabalho, disso decorre a

¹Em 1932, Antonio Gramsci propôs uma reforma escolar centrada na ideia de escola única, a que realiza, num mesmo currículo a união entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Sua proposta refletia um grande debate daquele momento quando muitos teóricos da educação viam na ideia de escola única a possibilidade de superar a tradicional divisão entre escola humanista para as elites e escola profissional para os trabalhadores. (NOSELLA, 2002, p.83)

atual perspectiva do currículo dos cursos ofertados no CEEP que propõem uma organização por competências, série e itinerário formativo, em que a cada ano o aluno deverá ter desenvolvido competências que lhe permitirão a progressão para o ano seguinte até a sua formação ao final de quatro anos. No entanto, as práticas e os objetivos são contrastantes, na medida em que, as competências propostas dizem respeito ao perfil de profissional que se deve formar para suprir a demanda de mão de obra do mercado de trabalho, nesses termos é que o profissional técnico em serviços de restaurante e bar, por exemplo, “deverá estar habilitado a recepcionar, encaminhar e atender ao cliente no salão e bar do restaurante, bares e similares; coordenar a operação nos setores de bar e restaurante, controlar e inventariar estoques de bebidas e utensílios de salão e bar” (PLANO DE CURSO, 2012, p. 5).

A partir de Guimarães (2006, p.188) compreendemos que “essa proposta curricular objetiva a educação das novas gerações e sua inserção na lógica da competitividade, da adaptação individual aos processos sociais e ao desenvolvimento de suas competências para a empregabilidade ou “laborabilidade”. Essa perspectiva relaciona-se também as novas formas de organização do trabalho, em que é necessário um profissional polivalente e capaz de se adaptar as constantes mudanças do mundo do trabalho. Para Kuenzer (2003):

Competência deve ser a capacidade de agir, em situações previstas e não previstas, com rapidez e eficiência, articulando conhecimentos tácitos e científicos a experiências de vida e laborais vivenciadas ao longo das histórias de vida.... vinculada à ideia de solucionar problemas, mobilizando conhecimentos de forma transdisciplinar a comportamentos e habilidades psicofísicas, e transferindo-os para novas situações; supõe, portanto, a capacidade de atuar mobilizando conhecimentos. (p. 02)

Nesse contexto, a ideia de competência está relacionada à teoria e prática, deve ser compreendida portanto como a práxis no âmbito do trabalho, em que o currículo da Educação Profissional deve possibilitar uma formação a partir da práxis para desenvolver as competências necessárias para o mundo do trabalho. No entanto, o profissional técnico de nível médio é formado/treinado para executar as atividades que são, geralmente, pensadas por outros profissionais e os técnicos apenas as executam. Em que competências nesse sentido é desenvolver as atividades técnicas e laborais no âmbito das atribuições profissionais que lhe compete pela sua formação, de orientação unilateral e linear.

Nesse âmbito a formação recebida pelos estudantes do CEEP distancia-se do ideal de competências proposta por Kuenzer (2003) e da tentativa de harmonizar a educação profissional com a humanista, vez que, percebemos que o modelo de Educação Profissional que está posto se constitui sob uma abordagem tecnicista e positivista, restringem a compreensão elementar das

disciplinas de formação geral/integral, sob uma educação enciclopédica e reprodutivista, que não possibilita o desenvolvimento de conhecimentos científicos efetivos e elaborados, além de negligenciar a compreensão política das relações de poder que permeiam a realidade histórica e social. Prioriza-se a apreensão da técnica enquanto instrumento de inserção no mercado de trabalho, nos fazendo lembrar o que Frigotto (1993) revela sobre a teoria do capital humano:

No âmbito propriamente educacional e pedagógico, a teoria do capital humano vai ligar-se à toda a perspectiva tecnicista que se encontra em pleno desenvolvimento na década de 50. Nesse aspecto há um duplo reforço. A visão do capital humano vai reforçar toda a perspectiva da necessidade de redimir o sistema educacional de sua “ineficiência” e, por sua vez, a perspectiva tecnicista oferece a metodologia ou a tecnologia adequada para constituir o processo educacional como um investimento – a educação geradora de um novo tipo de capital – o “capital humano”. A educação para essa visão se reduz a um fator de produção. (FRIGOTTO, 1993, p. 121)

Nesse sentido, a Educação Profissional tem se constituído a partir da concepção da teoria do capital humano na sua dimensão formadora de jovens trabalhadores que devem estar aptos para a inserção no modelo capitalista de produção. Dessa forma, as competências têm sido organizadas concomitantes as necessidades do mercado de trabalho, assim é que o CEEP em Parnaíba/PI oferta cursos que estão relacionados aos setores que exigem maior demanda de mão de obra e que oferecem maiores possibilidades de emprego no mercado local, como por exemplo, nas áreas de Informática; manutenção e suporte; edificações; nutrição e dietética; análises clínicas; enfermagem; saúde bucal; serviço de restaurante; bar e hospedagem. Essa instituição de ensino mantém convênios com empresas para a realização dos estágios, e segundo a Gestora (2012) “há estagiários que conseguem emprego na própria empresa em que realizaram o estágio”, o que evidencia o caráter mercadológico que permeia o processo de formação desses jovens.

Diante dessa compreensão, em um questionário aplicado com 10 estudantes do curso de informática, percebemos que eles veem nesse curso a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, têm clareza sobre o objetivo da educação que recebem. A turma pesquisada estava no primeiro ano do curso e, portanto, a expectativa em relação ao curso para conseguir um emprego é grande, um dos estudantes ao responder sobre a perspectiva de emprego na sua área de formação e porque escolheu fazer esse curso relata que:

O curso técnico em informática é bom, acho interessante a área de informática, e em Parnaíba há necessidade de profissionais nessa área e será mais fácil ter um emprego quando concluir o curso de quatro anos, pois as empresas sempre precisam de um técnico. E conheço pessoas que estudaram aqui e hoje estão

trabalhando na sua área de formação. (estudante A de informática, agosto 2012).

Neste trecho da entrevista podemos analisar que os estudantes que ingressam nessa instituição são capturados pela falácia da educação como possibilidade de inserção no mundo de trabalho, sua compreensão de formação no âmbito da instituição escolar é permeada pela relação com o processo de produção capitalista que se apropria ideologicamente da educação como espaço de reprodução das relações sociais e produtivas vigentes na sociabilidade do capital, vez que, assim como propunha Gramsci (2010) compreendemos que a escola não se explica por ela mesma, mas pela sua relação com a sociedade, com a economia e com a política. Em confluência com a perspectiva da teoria do capital humano verificamos o aspecto unilateral da formação desses jovens, que restringem a compreensão de educação à possibilidade/oportunidade de inserção no mundo do trabalho, a escola é responsabilizada pela formação de sujeitos aptos a disputarem uma vaga no competitivo mercado de trabalho, desse modo:

A institucionalização do preparo profissional no âmbito escolar decorre das necessidades do sistema social capitalista de veicular o conhecimento utilizado na produção industrial e regulamentar a força de trabalho, legitimando a estrutura social dessemelhante. A escola cumpre a função instrumental de transmitir os conhecimentos minimamente necessários a produção, e, ao mesmo tempo desempenha um mister ideológico reprodutivo, permitindo justificar as desigualdades sociais em favor da escolarização com vistas a distribuir as diferentes ocupações com seus patamares salariais e prestígio social distintos. (OLIVEIRA, 2005, p. 75)

Nesse sentido é que a juventude da classe trabalhadora vê na Educação Profissional a oportunidade de mobilidade social, pois proporciona uma formação para o mundo do trabalho, e atende a demandas de mão de obra, com uma educação utilitarista. Os relatos desses jovens relacionam-se ao desejo de um emprego e de melhorar a condição socioeconômica que estão submetidos, assim é que o estudante B do curso de informática (agosto, 2012) decidiu fazer esse curso porque “quero algo melhor na minha vida e ajudar nas despesas da família, mas sei que para conseguir isso preciso me esforçar muito para ser um ótimo profissional”. Segundo Arrais Neto (2003) essa concepção surge do fato de tornar responsabilidade individual o que deveria ser garantido por políticas públicas e transfere-se ao indivíduo a exclusão direta do mundo produtivo, pois o sujeito deve desenvolver competências profissionais e se mostrar interessante ao mercado de trabalho para atender as exigências da “empregabilidade”.

No entanto, nem sempre a instituição oferece uma estrutura adequada para o aprendizado e formação, pois há cursos que muitas vezes não oferecem condições à realização de aulas práticas, que comprometem a qualidade da formação desses jovens, nesse ponto durante a

aplicação do questionário um estudante ao ser indagado sobre o nível de qualidade do seu curso relata que considera:

O curso com um nível regular, pois os professores são bons e capacitados, mas a escola não está com uma estrutura boa, e fica difícil realizar as aulas práticas de informática sem um bom laboratório, e o que acontece é que não tem computador para todos os alunos e temos que dividir um computador com duas ou três pessoas.(estudante C do curso de informática , agosto 2012)

Nesse aspecto, percebemos que embora tenha havido maiores investimentos, e incentivos do governo para ampliar a modalidade de Educação Profissional nos últimos 10 anos, ainda encontramos muitas deficiências e problemas no que concerne a estrutura dessa instituição pública que oferta Educação Profissional, vez que, recebe recursos diretamente da esfera estadual. Além disso, em uma entrevista realizada com estudantes que já concluíram o curso percebemos nos relatos dos mesmos que têm se confrontado com as dificuldades de se inserir no mercado de trabalho em Parnaíba/PI. Para o aluno “D” que concluiu o curso em 2010 relata que:

Não me considero qualificado, pois as disciplinas e professores não correspondiam com o que era exigido no mercado de trabalho, ou seja métodos e assuntos ultrapassados, logo que na informática há uma evolução constante de conceitos, métodos e máquinas. No momento não me encontro empregado na área, mas já trabalhei na área e era remunerado pela produção (quantidade de computadores que apareciam para manutenção). Além disso, é diferenciado conseguir um emprego com essa formação, pois a formação é aligeirada e de curto prazo para poder dar conta das demandas do mercado de trabalho. (setembro, 2012)

A partir desse relato analisamos que as exigências do mercado de trabalho, exclui até mesmo profissionais que tem um diploma de curso técnico que, no entanto, não se consideram suficientemente preparados e qualificados com competências para se adequar as constantes mudanças nas relações de produção. Por outro lado, esse fenômeno relaciona-se ao fato de que a educação sozinha não consegue resolver os problemas de emprego/desemprego, pois a problemática da empregabilidade está relacionada às políticas públicas de oferta e criação de postos de trabalho. Para Pochmann (2006) o mercado de trabalho tornou-se mais competitivo, sobretudo diante de uma oferta de mão-de-obra com mais escolaridade. Mas a permanência no emprego dos mais qualificados não implicou, necessariamente, a adequação perfeita entre formação e ocupação (p. 71). A partir disso, refletimos como o desemprego tem atingido, principalmente, os jovens com baixo nível de escolaridade e os mais pobres.

1.2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO MEDIADORA DA DICOTOMIA ENTRE ENSINO TÉCNICO E PROPEDEUTICO EM PARNAÍBA/PI

A dicotomia entre ensino técnico e propedêutico, historicamente, se constituiu como um modelo de educação sob as bases de uma sociedade de classes, que se apropria da educação e reconhece o valor desta enquanto espaço de poder e disputa ideológica. Intencionalmente, essa dicotomia representa a submissa condição de uma maioria da população em relação a uma minoria privilegiada, esta última dispunha de um poder socioeconômico e político na sociedade, enquanto a maioria vive a margem dessa sociedade elitista e aristocrática, e como a educação é pensada no modelo elitista e aristocrático vigente às classes pobres só resta uma educação pouco significativa e doutrinária. Para Ponce (2005, p.171) como a educação é

Ligada estreitamente à estrutura econômica das classes sociais, a educação em cada momento histórico, não pode ser outra coisa a não ser um reflexo necessário e fatal dos interesses e aspirações dessas classes[...]. A educação é o processo mediante o qual as classes dominantes preparam na mentalidade e na conduta das crianças as condições fundamentais da sua existência. [...] A classe que domina materialmente é também a que domina com sua moral, a sua educação e as suas ideias.

No Brasil, por exemplo, de acordo com Nosella (2002, p. 81) “a dualidade escolar brasileira – escola secundária/superior para as elites e a primária/profissional para os trabalhadores – persiste até hoje”. Dessa forma a educação técnica e profissional se constituiu enquanto modalidade de educação destinada aos filhos da classe trabalhadora e aos trabalhadores, e historicamente foi elaborada para as pessoas que não tinham oportunidade de estudar em uma escola regular e necessitavam de uma qualificação para garantir um emprego, em sua maioria marginalizada pela sociedade. Constatamos essa perspectiva ao analisar um plano de curso durante nossa pesquisa no Centro Estadual de Educação Profissional Ministro Petrônio Portella – CEEP, em Parnaíba/PI, que de forma a trazer uma compreensão histórica da Educação Profissional apresenta a seguinte narrativa:

Existe uma carga de preconceito que historicamente circunda a Educação profissional, até mesmo as leis orgânicas da década de 40 retratam esse estereotipo e trazem textualmente que educação profissional é destinada para os filhos de operário e desvalidos da sorte (CEEP, 2008, p. 4).

Esse texto é apresentado na perspectiva de que o atual modelo de Educação Profissional deve suplantar essa marginalidade a que foi submetido historicamente o ensino técnico, vez que deve possibilitar que o estudante dessa modalidade de ensino tenha acesso a um currículo amplo,

com uma área geral, onde tenha acesso ao conhecimento científico e técnico. No entanto, em nossas investigações percebemos que o fosso entre a escola regular, mesmo pública, e a escola profissional e técnica, pensada para os filhos da classe trabalhadora, ainda evidencia uma forte dualidade da escola brasileira, que se torna ainda maior quando comparada a escola privada.

No reino do capital, a educação é, ela mesma uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino, pressionada pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo restaurado pelo neoliberalismo, em que “tudo se vende, tudo se compra”, “tudo tem preço”, do que a mercantilização da educação. (MÉSZÁROS, 2008, p. 16)

Assim, a Educação Profissional se encontra nesse contexto de mercantilização e apropriação pela sociabilidade do capital como instrumento reprodutor das relações socioeconômicas, direcionada para a formação do trabalhador. Essa modalidade de ensino que tem se expandido, contribui para reforçar a dicotomia entre ensino técnico para os filhos da classe trabalhadora, com uma instrução meramente tecnicista, e a educação propedêutica para os filhos da classe abastada, com conhecimento geral, científico e culturalmente elaborado. Essa dualidade que permeia a educação gira em torno da construção de uma sociedade de classes, extremamente excludente e opressora.

Dessa forma, o filho do operário dificilmente conseguirá suplantar sua condição de operário, pois a instrução que recebe é direcionada para que ele também se torne um operário, que detém o saber fazer, mas um saber que não pertence a ele próprio, mas sim ao capital. Pois, de acordo com Ponce (2005, p. 172) assim se expressa “o pensamento da burguesia a respeito da ‘nova educação’: não lançar às massas as flores da cultura, e reservar apenas para o homem das classes superiores o completo desenvolvimento do espírito”. Assim, ao filho do dono dos meios de produção, lhe é destinado os meios de produção, e toda a riqueza socialmente produzida. Além disso, a Educação que lhe é destinada faz dele um homem de cultura e conhecimento amplo, com condições para gerir os processos produtivos e a acumulação de riquezas.

A Educação Profissional é um reflexo dessas relações socialmente determinadas, apresenta um caráter de classe que repercute na formação para o trabalho e nas relações de produção. Marcada pela dicotomia entre ensino técnico e propedêutico esse modelo de ensino apresenta para a juventude parnaibana a possibilidade de entrar no mercado e trabalho, e ter um emprego para sobreviver. Diante de um cenário de desemprego, essa é a educação destinada à juventude e a outros segmentos da classe trabalhadora que não tiveram acesso à educação na idade certa. Mesmo que o discurso oficial – nos currículos e propostas pedagógicas das escolas profissionais

– anuncie um novo modelo de escola profissional, baseado na proposta de uma escola técnica integrada ao ensino médio, à estrutura socioeconômica vigente tende a direcionar essa modalidade para supri uma mão de obra destinada para os postos mais baixos e precarizados do mundo do trabalho. Não é por acaso que o estudante que concluiu o curso de restaurante e bar no CEEP, por exemplo, conseguiu um emprego para executar atividades como limpeza do estabelecimento (restaurante), ficar no caixa, atender as demandas do local no que for preciso².

Analisamos, portanto, que a Educação Profissional está a serviço da manutenção da sociabilidade do capital e de suas formas de apropriação do trabalho, concomitante a isso é necessário uma educação para o povo que se diferencie de uma educação para a classe abastada. A promoção da Educação Profissional cumpre esse papel, que assim como nos esclarece Mézáros (2008, p. 82) “a sociedade capitalista resguarda com vigor não apenas seu sistema de educação, mas simultaneamente também de doutrinação permanente”, o que significa que a ideologia burguesa impregna a sociabilidade do sujeito social, o qual está submetido cotidianamente, e naturaliza essa relação como algo que não pode ser modificado. Nesse sentido, a classe trabalhadora fica feliz quando consegue um emprego, mesmo precarizado, e mais ainda quando tem a possibilidade de qualificar-se para o mercado, pois assim, tem a falsa sensação de melhoria social.

Pensar em uma escola que humanize e que direcione a instrução de um ofício é o desafio da escola técnica profissional brasileira atual, no entanto a ideologia burguesa ao impregnar a Educação Profissional com a sua ideologia a torna cada vez mais especializada e direcionada para fins mercadológicos, o que intensifica a dualidade da educação e da divisão de classes. Uma proposta de Educação para as classes populares só pode ser pensada como possibilidade de superar essa dualidade, se for compreendida na perspectiva gramsciana de que:

O proletariado precisa de uma escola desinteressada. Uma escola na qual seja dada a criança a possibilidade de ter uma formação, de tornar-se homem, de adquirir aqueles critérios gerais que servem para o desenvolvimento do caráter. Em suma uma escola humanista [...]. Uma escola que não hipoteque o futuro da criança e não constrinja a sua vontade, sua inteligência, sua consciência em formação a mover-se por um caminho cuja meta seja prefixada. Uma escola de liberdade e de livre iniciativa, não uma escola de escravidão e de orientação mecânica. Também os filhos do proletariado devem ter diante de si todas as possibilidades, todos os terrenos livres para poder realizar sua própria individualidade do melhor modo possível, e por isso, do modo mais produtivo para eles mesmos e para a coletividade. (GRAMSCI, 2010, p. 66)

² Esse dado é parte da entrevista cedida por um funcionário de um restaurante em janeiro de 2013, que concluiu o curso de restaurante e bar no CEEP e logo após conseguiu esse emprego.

A educação do proletariado, para Gramsci, deve possibilitar o desenvolvimento omnilateral do sujeito, para que este tenha acesso a uma cultura geral, a um conhecimento tão elaborado quanto o filho da classe dirigente. Só assim poderíamos falar em uma escola humanista e igualitária, onde se extinguiria a dualidade do pensar *versus* o fazer, pois uma educação geral deve partir da práxis onde a relação teoria e prática é indissociável, é pensar um sujeito pleno que possa desenvolver todas as suas capacidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de Educação Profissional pensada no contexto capitalista não correspondem a um modelo de educação para superar as desigualdades sociais e nem ultrapassar a dualidade entre ensino técnico e propedêutico. Ao se articular com a necessidade de formar mão de obra para o mercado ela se constitui enquanto uma educação como diz Gramsci (2010) “que hipoteca o futuro da criança” e transfere para o âmbito educacional uma relação direta entre emprego e qualificação profissional. As escolas profissionais, assim pensadas, são para os filhos da classe trabalhadora, é ainda uma educação para os que necessitam suprir necessidades urgentes de sobrevivência.

Para Mészáros (2008) a condição de mercantilização da educação só pode deixar de existir através de uma mudança estrutural da sociedade, em que a educação vai deixar de ser um espaço ideológico da perpetuação da sociedade de mercadorias para possibilitar a transformação do ser social, vez que “o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente” (MÉSZÁROS, 2008, p.65). Nesse sentido Mészáros reconhece a educação como possibilidade de transformação social, não só a educação formal, mas principalmente em outros espaços de educação, onde os jovens recebem influências e um olhar crítico e questionador mais estimulante do que na escola, onde se reproduz por excelência a ideologia burguesa.

Retomando a perspectiva Gramsciana compreendemos que a Educação Profissional deveria possibilitar também a formação geral do sujeito, desde que, como bem disse esse grande intelectual e militante, a escola profissional não se torne “uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos para um ofício. Mesmo através da cultura profissional é possível fazer que surja da criança o homem, contanto que se trate de cultura educativa e não só informativa, ou não só prática manual” (GRAMSCI, 2010, p.67). Portanto, superar a dualidade educacional presente

nessa modalidade de ensino significa repensar a práxis social e suplantar a mercantilização da educação, através de uma mudança estrutural da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. MEC, 2008. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 22/03/2012.

CEEP, Centro Estadual de Educação Profissional Ministro Petrônio Portela. **Proposta político pedagógica**. Parnaíba/Piauí, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

KUENZER, Acacia. **Competência como Práxis: os Dilemas da Relação entre Teoria e Prática na Educação dos Trabalhadores**. Disponível em: <http://www.senac.br/BTS/291/boltec291b.htm>. Acesso em: 04 de outubro de 2012.

GRAMSCI, Antonio. Homens ou máquinas? In: MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Tradução Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2012. (Coleção Educadores).

NOSELLA, Paolo. **Qual compromisso político?** Ensaio sobre a educação pós-ditadura. 2 ed. Revista e ampliada. Bragança paulista: EDUSF, 2002.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: Um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil** – São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil** – São Paulo: Boitempo, 2006.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Elenilce Gomes de (Org.). **Educação profissional: Análise contextualizada**. Fortaleza:CEFET-CE,2005.